

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 7ª (SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

Aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 7ª (sétima) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. O Presidente indagou à Secretária se há resoluções a serem aprovadas pela Câmara e, a mesma informou não haver resoluções a serem aprovadas. Foi lida e aprovada a Ata da 6ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/6544/2017 - Auto de Infração nº 1/201717178. RECORRENTE: J OSMAR DOS SANTOS. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e tomar as seguintes deliberações: **I- Quanto a arguição de que a metodologia utilizada pelo agente fiscal não dá certeza da omissão de receitas apontada no auto de infração, que no caso foi realizado com base em presunção** – Afastada por unanimidade de votos, uma vez que a autuação está clara e precisa quanto ao motivo e que há nos autos provas lícitas e concretas apresentadas pela fiscalização, não ensejando mera presunção e nem cerceamento do direito de defesa. A metodologia utilizada pela fiscalização no levantamento fiscal foi realizado com fundamento previsto no Art. 92, da Lei nº 12.670/96; **II- Quanto a preliminar de nulidade suscitada pela parte sob a alegação de falta de clareza e precisão** – Afastada por unanimidade de votos, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que o processo foi devidamente instruído, inclusive com as informações prestadas pelo próprio contribuinte; **III- Quanto à nulidade suscitada pela parte de não foi verificado o lucro da empresa** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o caso não se trata de apuração da Conta Mercadoria, e sim de levantamento de estoque; **IV- No mérito**, resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **PROCEDENTE** exarada em 1ª Instância, aplicando a redação originária da Lei nº 13.418/2003. A Câmara afasta o pedido da parte pela aplicação do Parágrafo Único, do art. 126, da Lei nº 12.670/96, incidindo 1% (um por cento) sobre o valor da base de cálculo. Tudo nos termos do voto do Conselheiro relator, de acordo

com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. O argumento da parte quanto à preliminar de inconstitucionalidade da taxa de fiscalização e prestação de serviço público não foi admitido pela Presidência por tratar-se de matéria alheia ao lançamento tributário, nos termos do artigo 2º da Lei nº 15.614/14, e afeta apenas ao rito processual, não ensejando prejuízo à parte, pois, mesmo sem haver o recolhimento da taxa, o processo foi trazido a julgamento. Registre-se que o Conselheiro Mikael Pinheiro de Oliveira entende que acerca da matéria suscitada pela parte sobre a inconstitucionalidade da taxa, esta última poderá ser conhecida sendo objeto de análise por parte deste contencioso, entretanto, para no mérito decidir pela impossibilidade do exame de constitucionalidade da matéria, com fulcro no art. 48, §2º, da Lei nº 15.614/14”. **Processo de Recurso nº 1/6545/2017 - Auto de Infração nº 1/201717198. RECORRENTE: J OSMAR DOS SANTOS. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e tomar as seguintes deliberações: **I- Quanto a arguição de que a metodologia utilizada pelo agente fiscal não dá certeza da omissão de receitas apontada no auto de infração, que no caso foi realizado com base em presunção** – Afastada por unanimidade de votos, uma vez que a autuação está clara e precisa quanto ao motivo e que há nos autos provas lícitas e concretas apresentadas pela fiscalização, não ensejando mera presunção e nem cerceamento do direito de defesa.. A metodologia utilizada pela fiscalização no levantamento fiscal foi realizado com fundamento previsto no Art. 92, da Lei nº 12.670/96; **II- Quanto a preliminar de nulidade suscitada pela parte sob a alegação de falta de clareza e precisão** – Afastada por unanimidade de votos, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que o processo foi devidamente instruído, inclusive com as informações prestadas pelo próprio contribuinte; **III- Quanto à nulidade suscitada pela parte de não foi verificado o lucro da empresa** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o caso não se trata de apuração da Conta Mercadoria, e sim de levantamento de estoque; **IV- Quanto a alegação de ocorrência de “bis in idem”**, uma vez que foi retido o ICMS Substituição Tributária – Afastada por unanimidade de votos, haja vista que o imposto era devido na operação de entrada; **V- No mérito**, resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **PROCEDENTE** exarada em 1ª Instância, com fundamento diverso do adotado na decisão singular, aplicando o disposto no art. 123, III, “a” da Lei nº 12.670/96, com redação vigente à época do fato gerador. A Câmara afasta o pedido da parte pela aplicação Parágrafo Único, do art. 126, da Lei nº 12.670/96, no caso, 1% (um por cento) sobre o valor da base de cálculo. Tudo nos termos do voto do Conselheiro relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. O argumento da parte quanto à preliminar de inconstitucionalidade da taxa de fiscalização e prestação de serviço público não foi admitido pela Presidência por tratar-se de matéria alheia ao lançamento tributário, nos termos do artigo 2º da Lei nº 15.614/14, e afeta apenas ao rito processual, não ensejando prejuízo à parte, pois, mesmo sem haver o recolhimento da taxa, o processo foi trazido a julgamento. Registre-se que o Conselheiro Mikael Pinheiro de Oliveira entende que acerca da matéria suscitada pela parte sobre a inconstitucionalidade da taxa, esta última poderá ser conhecida sendo objeto de análise por parte deste contencioso, entretanto, para no mérito decidir pela impossibilidade do exame de constitucionalidade da matéria, com fulcro no art. 48, §2º, da Lei nº 15.614/14”. **Processo de Recurso Nº 1/6546/2017 - Auto de Infração nº 1/201717203. RECORRENTE: J OSMAR DOS SANTOS. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e tomar as seguintes deliberações: **I- Quanto a arguição de que a metodologia utilizada pelo agente fiscal não dá certeza da omissão de receitas apontada no auto de infração, que no caso foi realizado com base em presunção** – Afastada por unanimidade de votos, uma vez que a autuação está clara e precisa quanto ao motivo

e que há nos autos provas lícitas e concretas apresentadas pela fiscalização, não ensejando mera presunção e nem cerceamento do direito de defesa. A metodologia utilizada pela fiscalização no levantamento fiscal foi realizado com fundamento previsto no Art. 92, da Lei nº 12.670/96; **II- Quanto a preliminar de nulidade suscitada pela parte sob a alegação de falta de clareza e precisão** – Afastada por unanimidade de votos, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que o processo foi devidamente instruído, inclusive com as informações prestadas pelo próprio contribuinte; **III- Quanto à nulidade suscitada pela parte de não foi verificado o lucro da empresa** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o caso não se trata de apuração da Conta Mercadoria, e sim de levantamento de estoque; **IV- Quanto a alegação de ocorrência de “bis in idem”**, uma vez que foi retido o ICMS Substituição Tributária – Afastada por unanimidade de votos, haja vista que o imposto era devido na operação de entrada; **V- No mérito**, resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **PROCEDENTE** exarada em 1ª Instância, com fundamento diverso do adotado na decisão singular, aplicando o disposto no art. 123, III, “a” da Lei nº 12.670/96, com redação vigente à época do fato gerador. A Câmara afasta o pedido da parte pela aplicação Parágrafo Único, do art. 126, da Lei nº 12.670/96, no caso, 1% (um por cento) sobre o valor da base de cálculo. Tudo nos termos do voto do Conselheiro relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. O argumento da parte quanto à preliminar de inconstitucionalidade da taxa de fiscalização e prestação de serviço público não foi admitido pela Presidência por tratar-se de matéria alheia ao lançamento tributário, nos termos do artigo 2º da Lei nº 15.614/14, e afeta apenas ao rito processual, não ensejando prejuízo à parte, pois, mesmo sem haver o recolhimento da taxa, o processo foi trazido a julgamento. Registre-se que o Conselheiro Mikael Pinheiro de Oliveira entende que acerca da matéria suscitada pela parte sobre a inconstitucionalidade da taxa, esta última poderá ser conhecida sendo objeto de análise por parte deste contencioso, entretanto, para no mérito decidir pela impossibilidade do exame de constitucionalidade da matéria, com fulcro no art. 48, §2º, da Lei 15.614/14”. **Processo de Recurso Nº 1/6547/2017 - Auto de Infração nº 1/201717205. RECORRENTE: J OSMAR DOS SANTOS. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e tomar as seguintes deliberações: **I- Quanto a arguição de que a metodologia utilizada pelo agente fiscal não dá certeza da omissão de receitas apontada no auto de infração, que no caso foi realizado com base em presunção** – Afastada por unanimidade de votos, uma vez que a autuação está clara e precisa quanto ao motivo e que há nos autos provas lícitas e concretas apresentadas pela fiscalização, não ensejando mera presunção e nem cerceamento do direito de defesa.. A metodologia utilizada pela fiscalização no levantamento fiscal foi realizado com fundamento previsto no art. 92, da Lei nº 12.670/96; **II- Quanto a preliminar de nulidade suscitada pela parte sob a alegação de falta de clareza e precisão** – Afastada por unanimidade de votos, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que o processo foi devidamente instruído, inclusive com as informações prestadas pelo próprio contribuinte; **III- Quanto à nulidade suscitada pela parte de não foi verificado o lucro da empresa** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o caso não se trata de apuração da Conta Mercadoria, e sim de levantamento de estoque; **IV- Quanto a alegação de ocorrência de “bis in idem”**, uma vez que foi retido o ICMS Substituição Tributária – Afastada por unanimidade de votos, haja vista que o imposto era devido na operação de entrada; **V- No mérito**, resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **PROCEDENTE** exarada em 1ª Instância, com fundamento diverso do adotado na decisão singular, aplicando o disposto no art. 123, III, “a” da Lei nº 12.670/96, com redação vigente à época do fato gerador. A Câmara afasta o pedido da parte pela aplicação Parágrafo Único, do art. 126, da Lei nº 12.670/96, no caso, 1% (um por cento) sobre o valor da base de cálculo. Tudo nos termos do voto do Conselheiro relator, em desacordo com o

Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. O argumento da parte quanto à preliminar de inconstitucionalidade da taxa de fiscalização e prestação de serviço público não foi admitido pela Presidência por tratar-se de matéria alheia ao lançamento tributário, nos termos do artigo 2º da Lei nº 15.614/14, e afeta apenas ao rito processual, não ensejando prejuízo à parte, pois, mesmo sem haver o recolhimento da taxa, o processo foi trazido a julgamento. Registre-se que o Conselheiro Mikael Pinheiro de Oliveira entende que acerca da matéria suscitada pela parte sobre a inconstitucionalidade da taxa, esta última poderá ser conhecida sendo objeto de análise por parte deste contencioso, entretanto, para no mérito decidir pela impossibilidade do exame de constitucionalidade da matéria, com fulcro no art. 48, §2º, da Lei nº 15.614/14”. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 19 (dezenove) de agosto do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA